José Lopes da Silva

ESTUDO BÍBLICO DOCTRINA CATÓLICA

.....

LIVRO DA CARTA
AOS HEBREUS

José Lopes da Silva

**ESTUDO BÍBLICO
DOCTRINA CATÓLICA**

**LIVRO DA CARTA
AOS HEBREUS**

2021

Copyright © 2021 José Lopes da Silva

Todos os direitos reservados e protegidos pela lei nº 9.610, de 19/02/1998. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por qualquer outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer outro tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem a prévia autorização, por escrito, de seu autor.

1ª EDIÇÃO

DIAGRAMAÇÃO

Cia Das Ideias | @cia.das.ideias

IMAGENS

pixabay.com.br

pt.wikipedia.org

SUMÁRIO

.....

INTRODUÇÃO AO LIVRO DA CARTA AOS HEBREUS.....	5
Desenvolvimento	6
Autor	7
Estrutura e conteúdo	9
Composição e comunidade(s) destinatária(s).....	10
Estilo e vocabulário	12
Ensino.....	12
Cristologia	12
Judaísmo e cristianismo	14
Fé e revelação	15
Escatologia.....	15
A vida temporal do cristão.....	16
Questões abertas	17
Conclusão.....	17
ESTUDO DO LIVRO DA CARTA AOS HEBREUS	19
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	43

INTRODUÇÃO AO LIVRO DA CARTA AOS HEBREUS

O escrito conhecido como a Carta aos Hebreus, de carta só tem as saudações finais. Na realidade, é uma homilia. Dirige-se a judeus convertidos, familiarizados com o culto e o sacerdócio de Israel, aos quais a carta incessantemente se refere. A mensagem central, segundo diz o próprio autor, é que agora temos um sacerdócio e um sacrifício melhores: Jesus Cristo, o qual se oferece a si mesmo, instaurando assim a Nova Aliança, que substitui e supera definitivamente a primeira Aliança que Deus fez com o povo de Israel.

Toda a carta é uma leitura alegórica do Antigo Testamento. Alegoria é uma comparação muito elaborada. O que os leitores conhecem - o culto judaico - serve para explicar simbolicamente o que ele ainda não compreende: o papel único, insubstituível e definitivo, da salvação que Cristo nos oferece pela prática de sua vida. Ora, nossa atenção deve parar não na imagem, mas naquilo que a imagem representa. O assunto não é o sacrifício, mas a vida e obra histórica de Jesus (comparada com o sacerdócio, com o sacrifício, com as missões de Moisés e Aarão).

A alegoria mostra ora a semelhança, ora a diferença. Há semelhança entre o sacrifício do culto e Jesus, que apresenta sua vida a Deus. Mas há uma diferença: Jesus não é um animal degolado para com seu sangue purificar o sacerdote e o povo, e sim uma pessoa livre, que oferece a Deus tudo o que ela é e faz para manifestar o amor de Deus a seus irmãos e

os levar a uma vida nova, de uma vez para sempre. Jesus não é vítima de um sacrifício violento para apaziguar um Deus vingativo, e sim sujeito de autodoação até a morte para encarnar o amor libertador de Deus. Ele não foi apresentado para morrer, ele morreu porque se apresentou. Sua morte é a consequência de seu modo de viver - mensagem significativa em época de perseguição. Porque viveu e morreu assim, em fidelidade a Deus e aos homens, substitui os antigos sacrifícios de reconciliação. Do mesmo modo, a vida cristã assemelha-se aos sacrifícios de louvor e os substitui.

A carta foi colocada no fim dos escritos de Paulo, depois das cartas pastorais, consideradas como testemunhos do Apóstolo. Por causa do conteúdo incomum e o estilo totalmente diferente, os estudiosos são unânimes em dizer que não se sabe quem escreveu a carta. De Paulo, ela tem a insistência na fé e na graça, bem como na superação da antiga Aliança e de suas instituições. Não se sabe quando a carta foi escrita. Alguns pensam que foi antes da destruição do Templo em 70 d.C., porque não menciona a destruição para não autorizar o antigo culto. Mas a carta não se interessa pelo culto judaico como exercido no templo de Jerusalém, culto que de qualquer modo está superado. Nem fala do templo concreto de Jerusalém, mas do Santuário ideal que Deus mostrou a Moisés. Portanto, não se sabe se o templo ainda existia quando a carta foi escrita.

Desenvolvimento

Os grandes temas referentes à Carta aos Hebreus são, em unanimidade, quase os mesmos tratados pelos diferentes autores modernos. Todos os autores falam da problemática do “autor” da carta, se é de Paulo ou não; sobre a estrutura da carta, que varia de autor para autor; sobre a

“composição e a comunidade destinatária” - ou comunidades destinatárias -, dependendo do autor; sobre o “estilo e vocabulário”, os autores são unânimes em afirmar que não são de Paulo; sobre o “ensino” da carta, ou melhor, sua doutrina, o que muda é a forma de focar os grandes temas doutrinários: cristologia, judaísmo-cristianismo, fé-revelação, escatologia e a vida temporal do cristão no mundo; e, por fim, sobre as tradicionais “questões abertas”.

Autor

A Carta aos Hebreus é um dos escritos de maior importância e elegância literária do Novo Testamento. Encontra-se no final do corpus paulino, como um elo entre os escritos de Paulo e as cartas católicas. Historicamente e doutrinariamente se relaciona com o corpo das cartas de Paulo, pois nela se encontra um eco fiel de sua pregação. No entanto, a elegância e a perfeição formal com que está escrita, em um grego polido e culto, contradiz o grego espontâneo e vigoroso de Paulo. Além do mais, a maneira de focar os temas doutrinários e o peculiar modo de citar o Antigo Testamento não são os mesmos que os usados pelo Apóstolo das gentes. Daí que já desde os primeiros séculos surgiram dúvidas de sua autenticidade paulina e, como consequência, teve dificuldade para ser recebida em todas as Igrejas como escrito sagrado.

No Oriente, foi geralmente admitida como paulina desde o início. Policarpo a conhece, ainda que não mencione seu autor, e Clemente de Alexandria, segundo testemunha Eusébio, cita-a como de Paulo, porém indica que foi traduzida do hebraico por Lucas. Orígenes, no século III, falou da possível existência de um redator das ideias de Paulo como autor direto da carta. “As ideias da Carta” - escreve o exegeta alexandrino - “são certamente do Apóstolo; a expressão e a composição parecem,

no entanto, de outro que quis recordar o pensamento de Paulo, como quem escreve as palavras do Mestre”. Não obstante, reconhece que seja quem for o redator da carta, “só Deus o sabe”. João Crisóstomo, grande admirador e profundo conhecedor dos escritos do doutor das gentes, a considera de Paulo. Eusébio, recorrendo à tradição, a inclui entre os escritos recebidos como canônicos.

No Ocidente, ao contrário, sua autenticidade foi mais questionada, apesar de Clemente romano a ter usado sem citá-la explicitamente. O autor do primeiro comentário completo em latim a Paulo, o anônimo chamado Ambrosiaster, evita comentá-la. O próprio Jerônimo recorre e expressa já algumas dúvidas sobre a direta autoria paulina, e o mesmo faz Agostinho a partir do ano 409. No entanto, tanto o bispo de Hipona quanto o tradutor da Bíblia, nos anos posteriores e sob a força da tradição, foram admitindo não só a inspiração da carta, mas também sua autenticidade. Por volta do final do século IV aparece nas listas dos concílios africanos, e desde o século VI até o século XVI é reconhecida com unanimidade como paulina. O Concílio de Trento a sancionou solenemente como canônica e inspirada.

Alguns teólogos renascentistas, entre eles Erasmo e o cardeal Caetano, voltaram a impugnar a autenticidade paulina da carta. Desde então, a maioria dos exegetas pensa que, tal como está seu texto grego, não foi escrito por Paulo. O fato mais decisivo para dizer que Paulo não é o autor da Carta aos Hebreus é a ausência da saudação inicial de Paulo. É preciso indicar, não obstante, que essa questão não afeta sua canonicidade. A Carta aos Hebreus é um livro inspirado e canônico, em muitos aspectos vinculado ao pensamento e à doutrina de Paulo, mas cujo autor desconhecemos.

Estrutura e conteúdo

A estrutura literária da carta foi objeto de estudos minuciosos, porém não é fácil de determinar. Ao longo da carta vão se alternando partes explicativas de tipo doutrinal e partes exortativas. O conteúdo moral ou parenético se mescla deliberadamente com o dogmático. As verdades de fé são apresentadas pelo autor como o fundamento da conduta prática que se recomenda e se pede aos destinatários. Nesse sentido, a carta é um exemplo admirável da unidade entre doutrina e vida, tão própria de todo o Novo Testamento, e constitui por isso um modelo da maior literatura religiosa cristã.

O texto permite reconhecer, com certa facilidade, cinco seções doutrinárias, porém os títulos dos cinco temas divergem entre muitos autores. Propomos o seguinte:

1,1-14	Cristo, “superior aos anjos”
1,1-4	Introdução
1,5-14	Argumentação
2,1-4	Exortação
2,5-5,10	Cristo, “pontífice compassivo e fiel”
2,5-5,18	Como nosso irmão
3,1-6	Cristo é “pontífice fiel”
3,7-4,13	Exortação
4,14-5,10	Cristo, “Sumo sacerdote misericordioso”
5,1-6,12	Exortação
6,13-10,18	Cristo, “Sumo sacerdote segundo a ordem do Melquisedec”
6,13-20	Preâmbulo
7,1-28	“Segundo a ordem de Melquisedec”
8,1-9,28	“Definitivamente consagrado”

10,1-18	“Causa da salvação eterna”
10,19-39	Exortação
11,1-12,29	“A fé”
11,1-40	Os exemplos antigos
12,1-29	Exortação
13,1-25	Conclusão da carta
13,1-17	Exortações finais
13,18-25	Despedida

Composição e comunidade(s) destinatária(s)

A carta foi composta por um cristão culto de origem judaica, bom conhecedor da Sagrada Escritura e das questões teológicas, muito próximo a Paulo em pensamento e atividade. Pelo conteúdo se diz que foi um homem de cultura helenista, com grande zelo pastoral e profundo conhecimento da vida religiosa do povo hebreu e do culto do templo de Jerusalém. Sua personalidade parece esconder-se deliberadamente por detrás da grandeza e importância do tema que se expõe. Numerosas foram as tentativas de concretizar o autor-redator e se aventuraram os nomes de Barnabé, Lucas, Clemente Romano, Felipe, Silvano, ou o discípulo Apolo, mencionado em At 18, 24s, como possíveis redatores. No entanto, nenhuma das propostas é satisfatória.

A carta responde a um gênero intermediário entre o epistolar e o discurso ou sermão escrito (cf. 13,22: palavra de exortação). Ademais, por sua estrutura, ordem e método, faz lembrar o gênero de ensaio teológico. O ritmo majestoso dos versículos e a grandiosidade dos temas expostos explicam o extenso uso que a Igreja fez dela na liturgia. O autor, em um grego muito correto e elegante, se serve de um abundante vocabulário e consegue expressar graficamente seu pensamento com a

ajuda de numerosos recursos de estilos, citações e exemplos da Sagrada Escritura. Depois de Lucas é, sem dúvida, o modelo mais elevado de obra literária no Novo Testamento.

O título, apesar de não ser original, visto que data provavelmente do século II, responde com precisão à natureza e conteúdo do livro. É muito provável que os hebreus, tidos como destinatários da carta, foram, em primeiro lugar, cristãos provenientes do judaísmo, bons conhecedores tanto do idioma grego como da cultura hebraica e, em especial, das cerimônias do culto mosaico. O principal propósito da carta é mostrar a superioridade do cristianismo sobre a Antiga Aliança, porém tanto o estilo como a intenção não são polêmicos.

O escrito faz ver que a Nova Lei é a perfeição, o cumprimento e a superação da Antiga. Por isso se centra na consideração do Sacerdócio e sacrifício de Cristo como superiores aos levíticos. Esse é o fundamento doutrinal que respalda a exortação à perseverança na fé que o autor dirige aos destinatários e que constitui o outro motivo primordial da carta.

Como data de composição se sugere a década de 60, isto é, antes da destruição de Jerusalém pelos exércitos romanos de Vespasiano e Tito no ano 70, já que a queda da cidade não se menciona em nenhum momento, e numerosos lugares sugerem que o Templo e o culto mosaico continuam em vigor. A Carta aos Hebreus pode ter sido escrita antes de qualquer outro escrito paulino, mas distingue-se das demais por ser evidentemente obra de um outro autor. Muitos autores indicam o ano 67 como data de composição. No entanto, não se pode descartar uma data mais avançada no primeiro século, em qualquer caso, antes da Primeira Carta de Clemente Romano (anos 90-100), que cita a Carta aos Hebreus.

Conforme as palavras de 13,24: “Os irmãos da Itália vos saúdam”, se pensou em Roma como lugar de composição. No entanto, essa expressão

poderia entender-se como sendo a saudação a um grupo de cristãos procedentes daquele país, mas que residem em outro lugar. Pensou-se que esse lugar poderia ser Palestina ou Alexandria.

Estilo e vocabulário

A Carta aos Hebreus é um escrito que não apresenta os clássicos defeitos do estilo de Paulo. Evidentemente, em mais de um momento, peca por se recrear na forma ou no contraste estético à custa da densidade de pensamento. Quanto à linguagem, distingue-se por um grau superior de cultura e por uma variedade e riqueza muito maior. O vocabulário da carta compõe-se de 1038 palavras.

Ensinamento

A doutrina da carta é fundamentalmente cristológica. A consideração da figura de Cristo, Deus e Homem e Grande Sacerdote da Nova Lei, é como o eixo vertebral de todo o documento, aglutina suas diversas seções e imprime ao conjunto uma extraordinária unidade.

Cristologia

O autor sagrado expõe a doutrina da redenção universal operada por Jesus Cristo Mediador, pelo sacrifício da cruz e o derramamento de seu sangue. Cristo é ao mesmo tempo a vítima perfeita que expia todos os pecados dos homens e o verdadeiro Sumo Sacerdote que oferece a Deus Pai o culto agradável, verdadeiro e eterno. Trata-se, em último termo, de uma ideia básica da teologia paulina. Porém, antes de abordar o tema da Redenção e do sacerdócio, nos versículos iniciais da carta, anuncia de maneira breve, porém solenemente, a preexistência eterna do Verbo, sua atividade criadora e sua igualdade com o Pai. São palavras

que recordam aspectos da Revelação em relação ao Verbo expostos por João no prólogo de seu evangelho.

Em consonância com o tema geral da carta, que é a salvação operada por Cristo - verdadeiro Deus e verdadeiro homem -, a atenção do autor sagrado se concentra no sacerdócio de nosso Senhor, pelo qual não somente é constituído superior aos anjos, a Moisés e ao sacerdócio levítico, mas que também lhe permite redimir com superabundância o gênero humano. A Redenção operada por Cristo é um remédio universal para uma necessidade universal.

O sacrifício de Cristo, que não consiste - como no Antigo Testamento - no derramamento ritual de sangue de animais, não pode ser repetido e produziu seus efeitos salvadores de uma vez para sempre. Não pode já repetir-se, dada sua eficácia infinita. A intercessão de Cristo Sacerdote a nosso favor é eficaz, definitiva e permanente. A tarefa do homem redimido consiste em aceitar com fé os frutos que vêm do sacrifício do Senhor e crescer na caridade que salva.

Jesus Cristo manifesta seu ser e sua obra sacerdotal tanto no abaixamento como na exaltação. Ambos os momentos foram necessários para que se realizasse a tarefa sacerdotal e redentora. O abaixamento e a humilhação de Cristo nos mostram sua obediência absoluta à vontade do Pai, a força das tentações que lhe sobrevieram e turvaram a natureza humana, e os impressionantes padecimentos experimentados na carne mortal que quis assumir.

As considerações do autor sagrado, cheias de emoção, convergem na afirmação que constitui o núcleo da carta: “Temos um Sumo Sacerdote tão grande, que se sentou à direita do trono da Majestade nos céus.” Essa verdade situada no centro do dogma cristão supõe ao mesmo tempo uma estimulante exortação à esperança. Além de apresentar a figura e obra

de Jesus Cristo desde o ponto de seu Sacerdócio eterno e desenvolver, portanto, as implicações dos títulos de Sacerdote e Mediador, a carta aplica a Cristo quatro títulos principais que manifestam algum aspecto do ser de Cristo: Filho, Messias, Jesus e Senhor. Assim mesmo a carta se refere ao Senhor em outros lugares com as denominações de Santificador, Herdeiro, Mediador, Pastor e Apóstolo, esta última é única em todo o Novo Testamento. Por conseguinte, o autor sagrado põe em relevo o significado sempre atual da existência de Cristo como Sacerdote e como Mediador definitivo para todos e cada um dos cristãos: Jesus Cristo é ontem e hoje e para sempre.

Judaísmo e cristianismo

A carta mostra, sem polemizar, que a objetiva superioridade do cristianismo sobre o judaísmo é o fato decisivo da história da salvação. A argumentação não visa a uma desqualificação religiosa do judaísmo, mas unicamente a assinalar-lhe o lugar preparatório que lhe corresponde no plano divino de salvação. A ideia central do escrito é que a Lei mosaica é importante para salvar o homem caído em Adão. Proclama-se, nesse sentido, a caducidade religiosa da Lei Antiga, abolida por Cristo e substituída pela Lei Evangélica. Trata-se na realidade de outro princípio básico do pensamento paulino.

A superioridade do Novo Testamento em relação ao Antigo não afeta, no entanto, a unidade de ambos. A carta expressa essa unidade sobretudo pela utilização de figuras ou tipos do AT. Todas as figuras da Antiga Aliança olham a Cristo e esperam nele. Tanto Moisés como Melquisedec são “tipos” do Messias e Sacerdote da Nova Lei, respectivamente. O cristianismo é, portanto, culminação do judaísmo, de modo que, isolada do Evangelho, a religião mosaica se faz ininteligível.

Fé e revelação

A Carta aos Hebreus é uma “palavra de exortação” a perseverar na fé. Embora sejam numerosos os passos em que se trata dessa virtude, Hb 11,1 oferece uma concisa, porém rica definição de fé, que se fez clássica nos comentários dos Padres e Doutores da Igreja. A fé, segundo se expõe na carta, é como uma disposição que move a manter-se fiel ao que Deus prometeu. Mas o conteúdo dessas promessas era o próprio Jesus Cristo e os bens que ele obteria aos homens por meio de seu sacrifício redentor. A fé, com efeito, se fundamenta em Jesus “iniciador e consumidor da fé”: ele é a causa de nossa fé e nele cremos em primeiro lugar. Partimos da fé em Jesus e chegaremos à contemplação de seu rosto na definitiva Pátria. Daqui nasce sua estreita vinculação com a esperança. A fé em Cristo é o ponto de apoio da esperança cristã. Cristo penetrou nos céus, abrindo assim o caminho a todos os homens. Por isso vale a pena sofrer, vale a pena resistir à tribulação.

Porém, a fé em Cristo é fé na revelação, porque Cristo é a máxima revelação do Pai. Deus manifestou seu próprio Filho, a Palavra perfeita do Pai que falou aos homens. A fé em Cristo exige, portanto, não só fé em sua pessoa, mas também fé em seus preceitos e ensinamentos. Daí que as numerosas exortações de caráter moral, entrelaçadas com as de caráter dogmático, sejam consequências que surgem da fé no Filho de Deus e no que ele nos revelou.

Escatologia

A escatologia penetra todo o escrito. Subministra a chave interpretativa para entender bem as relações entre o provisório e o definitivo, respectivamente representados pelo judaísmo e o cristianismo. O judaísmo foi a preparação do cristianismo, e o cristianismo é a perfeição e o

acabamento da religião de Moisés. Ao mesmo tempo, o cristianismo tem duas dimensões: é algo já iniciado aqui na terra, porém que encontrará sua perfeita realização só no céu. A terra prometida a Abraão era certamente a Palestina, porém não só isso, era muito mais; era a graça de Cristo que é penhor da glória futura. Portanto, a terra prometida, na qual todos somos chamados a entrar, é o céu. O êxodo, no qual Moisés conduz ao povo a posse da terra prometida, é figura da vida cristã: Jesus, como novo Moisés, conduzirá seu povo à posse da Pátria definitiva. Por isso, a exortação dirigida aos seguidores de Moisés “Se hoje escutardes a sua voz, não endureçais vossos corações” tem um sentido múltiplo: por um lado, se refere ao convite a fazer um ato de fé, parecido com o de Abraão, isto é, a gozar pela fé do descanso do céu. Essa tensão para as realidades mais além se fará presente ao longo de toda a carta. É um modo de apresentar a vida do cristão como um caminho desde a salvação já realizada, mas ainda não consumada, para o Reino da cidade futura, cujo construtor é Deus e cuja beleza é Jesus.

A carta também fala com frequência da segunda vinda de Cristo, ou parusia, como Juiz dos vivos e dos mortos, anuncia o juízo futuro e se refere à renovação final do mundo.

A vida temporal do cristão

A existência cristã no mundo se concebe e se ensina como uma peregrinação para a Pátria celestial, para entrar no “repouso” de Deus. Fiel à perspectiva da vocação cristã, a carta acentua com frequência as virtudes da fé e da esperança, próprias do homem aqui na terra. O caminho para a Pátria, no qual não faltarão dificuldades e obstáculos, tem Cristo como guia. É na realidade uma “teologia do Êxodo”, desde uma perspectiva cristã ou neotestamentária. Os cristãos realizam um

novo êxodo para sair do judaísmo e para sair do pecado, e o fazem com a segurança e garantias completas de chegar à verdadeira Terra prometida.

Questões abertas

Precisamente por faltar a saudação epistolar e pelo estilo próprio de certa retórica helenística, chegou-se a dizer que a Carta aos Hebreus nem era carta, nem era de Paulo, nem era dirigida a cristãos hebreus. Entre os estudiosos recentes, considera-se encerrada a questão sobre se o próprio apóstolo Paulo redigiu a carta, mas continuam abertas todas as outras: seu grau de proximidade com o apóstolo Paulo, a possibilidade de que seja realmente uma carta e que tenha sido dirigida aos hebreus (judeus helenistas), assim como uma maior certeza quanto ao lugar e à data de sua composição. Desse modo, deve-se enfrentar três questões: a epistolaridade, a paulinidade e o realismo da Carta aos Hebreus.

O tema da autenticidade da Carta aos Hebreus não é uma “questão aberta”, visto que, entre os exegetas da atualidade, existe unanimidade em afirmar que a carta não foi escrita pelo apóstolo Paulo. Mas isso não quer dizer que ficam encerradas todas as questões. Será preciso refletir muito sobre o autor, sobre o gênero literário, sobre os destinatários, sobre o lugar e a data de composição e sobre os motivos reais da carta.

Conclusão

Embora a leitura da Carta aos Hebreus exija certo esforço, este não tarda a ser amplamente recompensado. Nesse escrito do Novo Testamento, percebe-se um desejo tão intenso de entrar em comunhão com Deus, descobre-se uma doutrina tão profunda da mediação de Cristo e uma compreensão tão real das dificuldades da vida cristã, que não há como se cansar de reler suas páginas substanciosas. Nos nossos

tempos, sua contribuição é sem dúvida mais preciosa do que nunca. De fato, a Carta aos Hebreus dirige-se a cristãos desorientados e ameaçados de desânimo. Ela aponta para o verdadeiro remédio desse tipo de mal: não vagas exortações moralizantes, mas, pelo contrário, um sério esforço de aprofundamento na fé em Cristo.

ESTUDO DO LIVRO DA CARTA AOS HEBREUS

O Filho (Hb 14). A Carta aos Hebreus não é, na realidade, uma carta, e sim uma homilia, dirigida aos cristãos da segunda geração, que viviam momentos difíceis de desânimo e confusão. Por isso, não começa com os preâmbulos próprios de uma carta, como a alusão ao remetente, destinatários, saudações, e sim com uma introdução que apresenta o tema da homilia que começará.

De maneira breve e solene, com o estilo diferente que lhe dá o domínio da língua grega, o pregador nos apresenta a figura do Filho de Deus, ocupando o centro da história das relações entre Deus e a humanidade. Deus esteve sempre falando de muitas formas e maneiras aos homens e mulheres de todo o mundo. Aos judeus, concretamente, lhes falou sobretudo por meio dos profetas de Israel. Seguindo o pensamento do autor da carta, podemos dizer que Deus também falou a outros povos por meio de homens e mulheres sábios, os profetas das outras religiões da terra. Nesta etapa final da história, Deus pronunciou sua palavra definitiva, mas não por meio de qualquer homem, e sim por meio de uma pessoa que é seu Filho.

O pregador apresenta agora a identidade desse Filho, que é quem encarna e é garantia da Palavra da revelação plena de Deus, em contraste com as revelações parciais e fragmentárias que apareceram ao longo da história humana. E assim, recorrendo às Sagradas Escrituras, nos oferece

um retrato majestoso da identidade do Filho de Deus antes que aparecesse na história como Jesus de Nazaré. Diz que já era o Mediador na criação, a Palavra em que tudo foi criado (cf. Gn 1; Sl 32,6 e Jo 1,3); a Sabedoria do projeto criador-salvador de Deus (cf. Sb 7,22-30); o Herdeiro universal das nações e dos confins do mundo (cf. Sl 2,8). Quanto ao mistério de sua origem e natureza, o pregador emprega uma imagem tomada do mundo da luz para afirmar sua igualdade com Deus: “Esplendor da glória de Deus” (v.3). E, em relação com a criação, nos diz que o Filho sustenta tudo (cf. Cl 1,17), como se a ação criadora estivesse saindo continuamente de suas mãos. Da função criadora do Filho passa para a função salvadora, e o apresenta em seu estado de exaltação gloriosa (cf. Fl 2,9-11), sentado à direita de Deus (cf. Sl 109,1), depois da purificação de nossos pecados por sua morte, segundo a profecia de Ezequiel (cf. Ez 36,25-29).

Existe alguém comparável com esse Filho de Deus? Ninguém, nem mesmo os anjos, e prova-o com várias citações das Escrituras para concluir que os anjos são somente “espíritos (...) confia missões para o bem daqueles que devem herdar a salvação” (v.14).

Cristo, Filho de Deus e homem glorificado (Hb 2,1-9). O discurso interrompe-se com uma breve exortação, com a qual se anima a comunidade a conhecer e a cumprir a Palavra salvadora expressa no Filho. Esta palavra, a Boa-Nova, é muito mais importante que a Lei “anunciada por intermédio dos anjos...” (v.2), em referência à tradição rabínica que dizia que Moisés havia recebido a Lei por meio dos anjos, como mediadores entre Deus e seu povo (cf. Gl 3,19). A essa Lei contrapõe a salvação que nós recebemos. É o “Senhor” aquele que começa a anunciá-la (cf. Mc 1,15; Mt 4,17); os que primeiro a “ouviram” e se converteram em suas testemunhas são os apóstolos e discípulos; Deus confirma a mensagem com milagres (cf.

Mc 16,20; At 14,3; Rm 15,19) e com os dons do Espírito. Tudo isso foi possível porque o “Senhor” é “Jesus”, afirma o pregador, mencionando assim seu nome pela primeira vez para referir-se à sua condição humana. É o “Senhor Jesus” que, estando no mesmo nível que Deus, se rebaixou ao nosso nível e se fez homem como nós. E assim, durante o período de sua vida na terra, sobretudo durante sua paixão e morte, foi inferior aos anjos. Mas só temporariamente, pois por sua ressurreição e glorificação “de glória e de honra o coroaste, e sujeitaste a seus pés todas as coisas” (vv.7s) - inclusive aos anjos -, aplicando a Cristo as palavras do Sl 8,5-7. Em Jesus tudo já foi submetido (cf. Ef 1,20-22), mas antes, “pela graça de Deus, a sua morte aproveita a todos os homens” (v.9).

Pioneiro da salvação e sumo sacerdote (Hb 2,10-18). A solidariedade é a característica fundamental desse pioneiro da salvação: “Convinha que ele se tornasse em tudo semelhante a seus irmãos” (v.17) para fazer-nos semelhantes a ele. Essa solidariedade o conduziu à morte e, ao aceitar a morte controlada pelo Diabo, venceu o Diabo (cf. Jo 12,31) e venceu a morte (cf. 1Cor 15,55) para “libertar aqueles que, pelo medo da morte, estavam toda a vida sujeitos a uma verdadeira escravidão” (v.15). Assim fica Cristo constituído sumo sacerdote, “mediador” entre Deus e a humanidade.

O pregador deduz esse novo título de Cristo de tudo o que foi dito anteriormente. Sua vinculação de igualdade com Deus, da qual falou na introdução, só era uma das dimensões da função sacerdotal de mediador; faltava-lhe a outra, sua vinculação de igualdade com os seres humanos em tudo, até na morte. “Sumo sacerdote” é o título favorito que o pregador aplica a Jesus Cristo, e será daqui em diante o tema central desta grande homilia aos hebreus. De todo o NT, só se chama “sacerdote” a Jesus nesta carta, daí a grande importância que têm essas reflexões de nosso

pregador. Por enquanto, nos diz que esse sumo sacerdote é compassivo (v.17), como querendo concentrar nesta palavra toda a “memória de Jesus”: sua imensa ternura e amor pelos pecadores, pelos pobres e marginalizados (cf. Mt 9,36). E é justamente essa compaixão que o faz ser um sacerdote “fiel no serviço de Deus” (v.17), pois esse amor compassivo de Jesus só podia vir do próprio Deus.

Jesus e Moisés (Hb 3,1-6). O pregador dirige agora seu olhar para os cristãos e as cristãs aos quais chama “santos”, isto é, os que experimentaram a salvação por meio da morte de Cristo e que provavelmente já exprimiam na liturgia de suas assembleias a fé no “Sacerdote Mediador” dessa salvação. Convida-os a comparar a autoridade da palavra de salvação trazida por este apóstolo (cf. Sl 21,23; Ml 2,7) e Sumo Sacerdote com a do mediador mais importante do povo de Israel, Moisés. Ambos, Moisés e Cristo, são fiéis e gozam da comunicação íntima com Deus. Mas uma é a intimidade do servo e outra a do Filho. Moisés presta seus serviços como “servo” e administrador na casa de Deus que ele fundou. Jesus, em troca, é “Filho”, fundador com Deus da “nova casa” e administrador direto dela. E essa casa, que se sustenta na confiança em Deus e na esperança do prêmio, “somos nós” (v.6).

O hoje de Deus (Hb 3,7-19). Toda a Carta aos Hebreus é uma exortação à comunidade cristã a manter sua fidelidade a Cristo. Parece que o entusiasmo e a vitalidade cristã das primeiras gerações havia arrefecido, dando passagem ao desalento, ao cansaço e talvez à dúvida. Alguns dos hebreus pensavam em voltar para a lei judaica que haviam abandonado, saudosos talvez do culto, dos sacrifícios e do sacerdócio do templo de Jerusalém? Possivelmente, por isso a tonalidade da homilia se torna dura e premonitória.

Em lugar de exortar com suas próprias palavras, faz com que lhes fale

diretamente o Espírito Santo através do Sl 94,7-11: “Hoje, se ouvirdes a sua voz” (v.7); o mesmo Espírito é que lhes diz o que sucedeu no deserto aos israelitas que foram infiéis. Convidados por Deus para entrar na posse da terra prometida, muitos deles se acovardaram, desconfiaram e se revoltaram, pelo que foram castigados a vagar pelo deserto até que morressem, sem alcançar o repouso da promessa.

O tema do Êxodo era frequente na catequese da Igreja primitiva (cf. 1Cor 10,1-7). A comunidade cristã era considerada como o novo povo de Deus, caminhando como em um novo êxodo para o descanso definitivo no Reino de Deus. O pregador vê esse êxodo da comunidade cristã no “hoje de Deus”, com tudo o que tem de oportunidade e de urgência para perseverar no caminho até o final, com o mesmo entusiasmo e a mesma firmeza com que começou a marcha. Só assim seremos companheiros do Messias (v.14). Os que morreram pelo deserto, continua o pregador, também foram guiados por Moisés, também ouviram sua voz, mas “foi por causa da sua descrença que não puderam entrar” (v.19) no descanso de Deus.

O descanso (Hb 4,1-13). A exortação não podia se deter nos perigos do caminho. A marcha, embora difícil, é iluminada pela meta: a promessa do repouso. O pregador, seguindo com o Sl 94,7-11, afirma que essa promessa feita ao povo judeu continua de pé, e não é outra senão a participação no repouso sabático de Deus, em alusão ao sétimo dia da criação no qual o Criador descansou (cf. Gn 2,2). “Repouso” em hebraico é sabbat - sábado -, e a tradição judaica via nesse dia sagrado a imagem da plenitude do mundo vindouro.

Esta foi, na realidade, a promessa feita ao povo judeu, se bem que no princípio pensassem que se tratava da promessa terrena da conquista e ocupação da Palestina. Mas, quando já eram donos da terra, a Palavra de

Deus continuou exortando-os à fidelidade e a não endurecer o coração para poder entrar um dia no repouso sabático de Deus. O livro do Apocalipse coloca o repouso das tarefas depois da morte: “Felizes os que (...) doravante morrem no Senhor (...) descansem dos seus trabalhos, pois suas obras os seguem” (cf. Ap 14,13).

Esta Boa-Nova, já anunciada ao povo judeu, é a que nos é anunciada agora neste “hoje de Deus”, com o mesmo e urgente convite a recebê-la e a que nos comprometamos com ela pela fé: “Hoje, se ouvirdes a sua voz, não endureçais os vossos corações” (v.7), pois só “se tivermos fé, haveremos de entrar no descanso” (v.3). Com esta Palavra de Deus não se brinca, nos diz. Não é como a palavra humana. É uma palavra viva e eficaz que, como uma espada (cf. Is 49,2), corta, julga, discerne, pede que se prestem contas, desafia, e, sobretudo, salva aquele que a recebe pela fé.

Jesus, sumo sacerdote (Hb 4,14-16). À seriedade e dureza da exortação seguem estas palavras de ânimo jubiloso. As portas do repouso sabático de Deus já estão abertas e lá “temos, portanto, um grande sumo sacerdote que penetrou nos céus, Jesus, Filho de Deus” (v.14) e que é a garantia, o apoio e o sustento de nossa fidelidade. Se antes apresentou este sumo sacerdote, Jesus, como “fiel” (3,1-4), agora o apresenta com um de seus títulos mais atraentes: “compassivo”. É este um dos atributos clássicos de Deus no AT que aparece tanto na Lei: “O Senhor, o Deus compassivo e misericordioso” (Ex 34,6); como nos salmos: “É ele quem salva a tua vida (...) e te coroa de bondade e de misericórdia” (Sl 102,4); e nos profetas: “Não é, porém, Efraim, ternamente amado por mim? (...) e meu coração se comove ao pensar nele. Terei compaixão dele” (Jr 31,20).

Em Jesus, a compaixão de Deus alcança sua máxima expressão. Ele é a compaixão divina feita homem. Experimentou nossa condição humana porque, tal como nós, “passou pelas mesmas provações que nós, com

exceção do pecado” (v.15). As tentações não foram um fato isolado na vida de Jesus, e sim que viveu toda sua vida sob a tentação e as provações em que vivemos nós os seres humanos. Por isso simpatiza, compreende nossa fragilidade, conhece o barro de que somos feitos. Agora que está sentado, glorioso, no tribunal da graça, não podíamos ter um mediador mais excelente e compassivo. O pregador nos convida a acudir a ele confiantes para obter sempre sua misericórdia e seu auxílio.

Jesus, sacerdote sofredor (Hb 5,1-10). Agora nos vai dizer em que consiste essa mediação sacerdotal de Cristo, e o faz comparando seu sacerdócio com o ofício de sumo sacerdote de Israel, colocando em realce seus dois requisitos fundamentais: a vocação-eleição e a função de “oferecer (...) sacrifícios pelos pecados” (v.1), nos quais se expressam os dois pólos da mediação: intimidade com Deus e solidariedade com os pecadores. A solidariedade com os pecadores do sumo sacerdote de Israel vem de seus próprios pecados, que o fazem participar da condição pecadora do povo, de tal maneira que também ele tem de oferecer sacrifícios por suas transgressões (cf. Lv 4,3-12). A experiência do próprio pecado deve fazê-lo compreensivo e “sabe compadecer-se dos que estão na ignorância e no erro” (v.2). Quanto à intimidade com Deus que faz do sumo sacerdote seu representante diante do povo, tem de vir por escolha especial do mesmo Deus, que havia recaído em Aarão, irmão de Moisés, e em sua descendência (cf. Ex 28,1), de onde nasceu a classe sacerdotal.

Sobre esse fundo do sacerdócio judaico, o autor da carta nos apresenta agora o sacerdócio de Cristo, não como continuidade, e sim como ruptura, como algo radicalmente diverso que redefine e dá um novo conteúdo tanto à palavra “sacerdote” como à função sacerdotal. Está nos dizendo nas entrelinhas que, de maneira definitiva, o sacerdócio do templo não

funcionou porque fracassou no mais importante: a solidariedade e a compaixão para com os “ignorantes e extraviados”. Foi precisamente a classe sacerdotal que perseguiu Jesus porque oferecia a misericórdia de Deus às prostitutas, aos cobradores de impostos, aos leprosos, aos doentes, e em geral a todos os considerados impuros pela lei. Como podem ser oferecidos a Deus sacrifícios pelos pecados quando se leva no coração o desprezo pelos pecadores?

A primeira diferença radical de Jesus como sacerdote foi não ter pecado; a segunda, ser escolhido e nomeado sumo sacerdote sem provir de uma família sacerdotal, visto que Jesus era da tribo de Judá, não de Levi. Assim o autor introduz a citação do Sl 109,4, que lhe servirá para desenvolver depois o tema de sua intimidade com Deus. Insiste em mostrar toda a vida de Jesus como uma oferenda sacerdotal vivida em solidariedade com o sofrimento e a debilidade humana, como anunciou Isaías: “homem das dores (...) tomou sobre si nossas enfermidades e carregou os nossos sofrimentos (...) fomos curados graças às suas chagas” (Is 53,3-5). Em sua paixão dirigiu-se com “clamores e lágrimas, a quem podia salvá-lo da morte” (v.7); sua oração foi atendida (cf. Sl 21,25), embora não o tenha livrado do sacrifício último, mas fez com que sua morte terminasse em ressurreição. A oração e o sofrimento solidário fizeram de sua vida um caminho de obediência a Deus, tornando assim possível o encontro obediente dos seres humanos com Deus.

Um chamado à maturidade e à perseverança (Hb 5,11-6,20). O pregador interrompe seu discurso com um chamado de atenção à maturidade de seus ouvintes, em um tom mais severo que conciliador. Adverte-os de que a doutrina que lhes vai expor sobre o sacerdócio de Jesus é para cristãos maduros, formados e comprometidos, não para preguiçosos; esta advertência implica talvez que a vida cristã deles deixa

muito a desejar quanto à força de seu testemunho e compromisso, como se estivessem ainda se alimentando de leite e não de alimento sólido como lhes corresponderia, pois já não eram crianças.

Deveriam ter alcançado esta maturidade durante todo o processo de iniciação cristã que lhes levou desde o arrependimento dos pecados ao batismo, ao dom do Espírito pela imposição das mãos, à fé na ressurreição dos mortos. Isto é, receberam a iluminação batismal, provaram a presença do Espírito, saborearam por experiência pessoal a Palavra de Deus e seu dinamismo.

Depois de tudo isso, é possível ainda a apostasia? Não sabemos se esta é a situação dos destinatários da carta, se alguns já haviam apostado ou se existia o perigo de que o fizessem. O pregador é muito duro com os possíveis apóstatas. É um pecado que não tem perdão porque implica a recusa ao Senhor; é como se o estivessem crucificando de novo, chega a dizer o pregador como exortação extrema diante de um perigo extremo. Acentua a severidade da advertência com a comparação de um terreno que só produz cardos e espinheiros e “é abandonado, não demora que seja amaldiçoado e acabará sendo incendiado” (6,8). Ele não espera isso de seus “caríssimos” hebreus (6,9), aos quais anima a perseverar até o final. Ao contrário, confia neles. Recordá-lhes seu compromisso cristão de antes, suas boas obras de que Deus certamente não esquecerá. Tudo isso, não obstante, não justifica a preguiça e a passividade presente, pois estão pendentes as obras futuras e uma herança final que não está automaticamente assegurada, e sim para alcançar o que esperam (v.11).

O apoio fundamental da esperança cristã é a promessa de Deus. Por isso anima-os a seguir o exemplo de perseverança de Abraão, a quem Deus fez uma promessa e um juramento, ambos precursores da promessa e do juramento definitivos revelados em Jesus Cristo, a saber: a

promessa da herança eterna, e para consegui-la, a esperança da mediação do sacerdócio de Cristo, garantido pelo juramento de Deus (cf. Sl 109,4). O pregador termina sua exortação com uma bela comparação marítima. Antigamente faziam-se âncoras que não se arriavam para fundear, mas se agarravam com ganchos em alguma cavidade da costa: “penetravam” na terra, uniam a nave à terra firme. Assim é nossa esperança que “penetra” na morada de Deus e tem ali seu ancoradouro na mediação de Cristo nomeado “pontífice eterno segundo a ordem de Melquisedec” (6,20).

Melquisedec e Jesus Cristo (Hb 7,1-28). É provável que este personagem do tempo de Abraão que aparece em Gn 14,18 e depois no Sl 109,4 não nos diga nada a nós leitores de hoje, e que a expressão “Jesus Cristo sacerdote segundo a ordem de Melquisedec” nos pareça estranha e incompreensível. Não nos esqueçamos, todavia, de que os destinatários da carta são judeu- cristãos e que, portanto, estavam familiarizados e fascinados, como todos os judeus, pelo mistério que envolvia essa distante personalidade sacerdotal do AT. O pregador o toma como imagem e figura do sacerdócio de Cristo para afirmar a superioridade e a novidade absoluta deste, em contraste e ruptura com o sacerdócio tradicional do templo de Jerusalém.

E assim, vai aplicando a Cristo tudo o que o texto de Gn 14 diz de Melquisedec “sacerdote de Deus Altíssimo” (v.1). Primeiro fixa-se nos seus títulos: “Rei de Justiça (...) Rei de Paz” (v.2). Aparece em cena misteriosamente: “sem pai, sem mãe, sem genealogia, a sua vida não tem começo nem fim” (v.3). Assim é o sacerdócio de Cristo, cujas origens se perdem no mistério de Deus. Pondera depois a grandeza do sacerdote Melquisedec - isto é, de Cristo -, a quem o próprio Abraão acata e reconhece ao lhe oferecer o tributo e receber sua bênção, pois “é indiscutível: é o inferior que recebe a bênção de quem é superior”

(v.7). O patriarca atuava não somente em seu próprio nome, mas como figura corporativa, isto é, representando toda sua descendência, dentro da qual se encontra a tribo de Levi, da qual provinha a classe sacerdotal do povo judeu.

Compara agora o sacerdócio levítico com o sacerdócio de Cristo, e nosso pregador afirma a superioridade absoluta do Senhor Jesus. Fixa-se especialmente em duas características: a eficácia e a duração. O sacerdócio levítico, com todas as suas leis de culto, não conseguiu relacionar plenamente as pessoas com Deus, ficando assim derogado “por causa de sua ineficácia e inutilidade” (v.18). Assim o confirmam as Escrituras ao anunciar e prometer com juramento um sacerdote de outra ordem, “uma esperança melhor que nos leva a Deus” (v.19). Quanto ao número e à duração, os sacerdotes levíticos eram muitos, repartiam entre eles o trabalho em turnos, quando morriam outros os sucediam. Nosso sumo sacerdote é único e vive perpetuamente, como garante o juramento: “Tu és sacerdote eternamente” (v.21). Finalmente, os sacerdotes levíticos eram pecadores, deviam oferecer “todos os dias, primeiro sacrifícios pelos pecados próprios” (v.27), enquanto que o sumo sacerdote Jesus é “santo, inocente, imaculado” (v.26), oferecendo-se a si mesmo em sacrifício, como vítima imaculada “de uma vez para sempre” (v.27). Assim o pregador termina a apresentação do sumo sacerdote Jesus, a quem vê já anunciado no misterioso e profético personagem Melquisedec.

A nova aliança (Hb 8,1-13). O pregador quer destacar o que foi dito até agora em uma espécie de resumo ao qual, por sua importância, não duvida em chamá-lo “o ponto essencial do que acabamos de dizer” (v.1). E o faz começando com uma nova referência ao Sl 109, no qual contempla o Filho de Deus - o “meu Senhor” com que se inicia o

salmo - sentado “à direita do trono de Deus no céu” (v.1), exercendo sua função de sacerdote mediador “de uma aliança mais perfeita, selada por melhores promessas” (v.6). O pregador explicará como Jesus exerce seu sacerdócio e fixa sua atenção em seus quatro aspectos fundamentais:

1. o lugar em que atua como sacerdote;
2. o santuário em que se oferece o sacrifício;
3. o sacrifício que se oferece, e
4. a nova aliança que o sacrifício inaugura.

Sua argumentação, como já nos acostumou, baseia-se na interpretação das Escrituras, vistas com olhos iluminados pela fé. E assim começa dizendo que Jesus não podia exercer seu sacerdócio na terra por duas razões. A primeira, porque ele não era legalmente sacerdote, visto que não pertencia à tribo sacerdotal de Levi. Sob o ponto de vista da legalidade, tão importante para os judeus, Jesus foi simplesmente um leigo. A segunda e fundamental, porque Jesus é sacerdote de uma nova aliança e tudo o que o antecedeu, incluindo o sacerdócio da antiga aliança do povo judeu, “declara antiquada (...) ora, o que é antiquado e envelhecido, está fadado a desaparecer” (v.13). O culto que seus sacerdotes celebram “é apenas a imagem, sombra das realidades celestiais” (v.5). A sombra pode reproduzir o perfil, mas carece de substância. Citando Ex 25,40, o pregador lhes recorda que Moisés construiu a tenda do santuário “conforme o modelo que te foi mostrado no monte” (v.5), isto é, como a cópia passageira, como sombra do verdadeiro santuário que Deus tinha preparado para o futuro que já está se tornando presente na morte e na ressurreição de Cristo.

Esse futuro que já experimentamos é a nova aliança que o profeta Jeremias anunciou: “Eis a aliança que então farei com a casa de Israel (...), lhe incutirei a minha lei: a gravarei em seu coração. Serei o seu

Deus e Israel será o meu povo” (Jr 31,33). A nova aliança baseia-se na promessa gratuita de Deus de que o perdão dos pecados será completo; a lei estará interiorizada e o conhecimento de Deus estará assegurado para todos. O pregador afirma que essas promessas de futuro expressas pelo profeta estão se cumprindo agora na pessoa de Jesus, que as inaugurou e as ratificou, não com sangue estranho de sacrifícios, mas com seu próprio sangue.

O sacrifício de Cristo (Hb 9,1-22). Para explicar a nova aliança, o pregador continua a comparação com a antiga, que girava em torno do santuário e dos sacrifícios que ali se realizavam. A minuciosa descrição continua Ex 25-26; fala de duas tendas de campanha ou recintos adjacentes com suas respectivas cortinas de separação e todos os utensílios sagrados do culto que se encontravam dentro. Afirma que “não é aqui o lugar de falarmos destas coisas pormenorizadamente” (v.5), pois tudo isso era assaz conhecido pelos destinatários da carta. O primeiro recinto só era acessível aos sacerdotes, que ofereciam ali os sacrifícios comuns. No segundo recinto o “lugar santíssimo” da presença de Deus, só podia entrar o sumo sacerdote uma vez por ano para oferecer o sacrifício de expiação pelos pecados do povo e pelos seus.

Ao pregador interessa ressaltar dois aspectos. Em primeiro lugar, que a mesma estrutura e disposição física do santuário com seus dois recintos, além do estatuto que regulava seu acesso - especialmente para o lugar santíssimo -, não eram uma forma de que o povo acesse livremente à presença de Deus, mas uma barreira e um impedimento quase intransponíveis. Em segundo lugar, que na necessária repetição dos sacrifícios que se ofereciam no santuário estava a prova de sua ineficácia e caráter provisório. Em resumo: o templo, o sacerdócio, os sacrifícios, as prescrições do culto, tudo era temporário, tinham valor relativo como

“ritos materiais que só podiam ter valor enquanto não fossem instituídos outros mais perfeitos” (v.10), isto é, a nova aliança inaugurada por Jesus.

O pregador chega agora ao ponto culminante de sua exposição, apresentando Jesus como “sumo sacerdote dos bens vindouros” (v.11), em contraste com todo o anterior. E assim, a tenda ou o templo, o lugar da presença e do encontro definitivo com Deus é o próprio corpo de Jesus morto e ressuscitado (cf. Jo 2,19-21), não feito “por mãos humanas, isto é, não deste mundo” (v.11). O novo santuário é o céu, “entrou de uma vez por todas no santuário” levando “seu próprio sangue” e conseguindo assim nossa “redenção eterna” (v.12). Com essas expressões densas e dramáticas, o pregador apresenta a morte e a ressurreição de Jesus como o único e definitivo sacerdócio que inaugura, consuma e estabelece a nova aliança da humanidade com Deus.

É provável que os destinatários da carta, acostumados à terminologia que o pregador emprega, compreendessem todo o alcance de palavras-chave como “sangue”, “resgate” ou “santuário celeste”. Nós, os leitores de hoje, necessitamos de mais explicações. No sangue se concentra toda a vida de Jesus de Nazaré como dom do amor e da compaixão de Deus por todos nós, que culminou em sua morte na cruz. Com a bela imagem bíblica do santuário celeste, do qual falará novamente mais adiante, o pregador se refere à ressurreição, inseparável de sua morte. Uma morte-ressurreição que nos faz participar da própria vida de Deus. E esse mistério de amor que nos liberta da morte e do pecado é expresso na palavra “resgate”. Essa nova aliança que Jesus Cristo estabelece com sua morte e ressurreição é também um testamento ou herança a favor da humanidade, afirma o pregador aludindo ao outro significado da palavra aliança.

O santuário (Hb 9,23-28). O pregador retoma a imagem do sumo

sacerdote judeu que a cada ano entra no mais sagrado do santuário no dia da festa da Expição (Yom Kippur) para oferecer um sacrifício “com sangue alheio” (v.25) por seus pecados, e outro pelos pecados do povo.

Com essa sugestiva e bela imagem do santuário do céu, o pregador nos quer dizer que, embora o sacrifício libertador da morte de Jesus na cruz tenha acontecido há quase dois mil anos na história humana, a ressurreição se situou neste mesmo e único sacrifício no hoje de Deus, no santuário do céu, que não se mede por atos humanos, mas sim que é um agora permanente e eterno que abrange toda a história e toda a criação. É neste agora que o pregador contempla o Sumo Sacerdote da nova aliança intercedendo a nosso favor. Por isso, cada vez que se celebra a eucaristia, é o mesmo e único sacrifício de Cristo o que se faz presente sacramentalmente dentro da comunidade cristã, realizando nossa reconciliação com Deus e anunciando sua segunda e definitiva vinda “para trazer a salvação àqueles que o esperam” (v.28). Por isso a eucaristia é também a celebração da memória de um acontecimento passado, sim, a morte de Jesus na cruz, mas que, ao ser uma morte que foi assumida na ressurreição, entrou no “agora” de Deus, transformando-se em memória do acontecimento eternamente presente do mistério do amor divino.

Eficácia do sacrifício de Cristo e o sacerdócio dos crentes (Hb 10,1-18). O pregador dá um passo a mais ao afirmar que, no mesmo sacrifício que consagra Cristo como sacerdote (cf. 5,9), nós também “temos sido santificados de uma vez para sempre pela oblação do corpo de Jesus Cristo” (v.10). O que é o mesmo, o sacerdócio de Cristo nos faz a todos os crentes sacerdotes como ele, ao nos dar a possibilidade de oferecer nossas vidas de amor e de serviço a Deus e a nossos irmãos como verdadeiro sacrifício agradável a Deus. Assim ficamos incorporados ao sacrifício de Cristo. Isso é o que queremos dizer quando afirmamos

que somos membros do corpo de Cristo.

Os sacrifícios da antiga aliança, repetidos periodicamente, não podiam realizar essa maravilhosa transformação, porque a lei “é de todo impotente para aperfeiçoar aqueles que assistem aos sacrifícios” (v.1) ofertados a Deus. O pregador dá a razão: eram vítimas animais, exteriores aos homens e às mulheres pelos quais se ofereciam, não implicavam existencialmente as pessoas em sua relação com Deus. De fato, Deus havia mostrado ao longo da história do povo judeu sua indignação diante de semelhantes oferendas: “Já estou farto de holocaustos de cordeiros (...) não quero sangue de touros e de bodes” (Is 1,11), “porque eu quero o amor mais que os sacrifícios” (Os 6,6). Deus não se fixa nos sacrifícios, mas na atitude profunda da pessoa que os oferece, que com sua mesma vida procura obedecer-lhe e ser-lhe fiel. Assim é que o pregador se refere à vida do cristão entendida como sacerdócio: uma vida entregue ao cumprimento da vontade de Deus.

Esta foi a atitude de Cristo “ao entrar no mundo” (v.5), continua o pregador, colocando na boca do próprio Cristo as palavras do Sl 39,7s: “Não quiseste sacrifício (...), mas me formaste um corpo (...). Eis que venho (...), venho ó Deus para fazer a tua vontade” (vv.5-7). Uma vez consumada a vontade de Deus ao longo de toda uma vida entregue até a morte em amor solidário pelos pecadores e marginalizados, Cristo “tomou lugar para sempre”, por sua ressurreição, “à direita de Deus” (v.12). O verbo “tomar lugar” ou sentar-se, que o pregador emprega, não tem nada de passivo, é sim exatamente o contrário, pois Cristo continua atuando por meio do Espírito Santo: “Eis a aliança que, depois daqueles dias, farei com eles (...): imprimirei as minhas leis nos seus corações e as escreverei no seu espírito” (v.16), e “dos seus pecados e das suas iniquidades já não mais me lembrarei” (v.17). Isto é, nos tornará capazes

de oferecer vidas a Deus como sacrifício existencial de obediência à sua vontade, como sacerdotes que participam de seu próprio sacerdócio. É assim que o apóstolo Paulo vê toda a vida do cristão: como “sacrifício vivo, santo, agradável a Deus: é este o vosso culto espiritual” (Rm 12,1); o apóstolo Pedro chamará a comunidade cristã de “sacerdócio régio, uma nação santa, um povo adquirido” (1Pd 2,9).

Esse “sacerdócio dos fiéis”, com todas as suas consequências, foi redescoberto pelo Concílio Vaticano II. Todos os crentes, sem distinção e em virtude do batismo recebido, são sacerdotes; nossa função sacerdotal é oferecer nossas vidas ao serviço de Deus e de nossos irmãos. É esse sacerdócio comum de todos o que dá sentido ao ministério ordenado - bispos, presbíteros e diáconos -, instituído por Jesus Cristo para pôr-se a serviço da comunidade sacerdotal formada por todos os cristãos. O alcance desse redescobrimento está revolucionando pouco a pouco a vida da Igreja, transformando até agora a massa silenciosa e passiva do laicato em protagonistas, por direito próprio, de tudo o que concerne à missão da Igreja no mundo, em comunhão de corresponsabilidade, não de obediência cega, com a hierarquia eclesial.

Exortação (Hb 10,19-39). Esta exortação deve unir-se às duas anteriores (3,7-4,14 e 5,11-6,20). Do âmbito doutrinal, o pregador passa para a terceira grande exortação de sua carta-homilia colocando às claras as consequências para a vida do cristão de tudo o que expôs até agora. Sua tonalidade combina o entusiasmo e o otimismo com a admoestação e a advertência. Vê a comunidade cristã como a casa de Deus, presidida por um ilustre “sacerdote estabelecido” (v.21) que abriu as portas do santuário e se oferece a si mesmo como caminho vivo de acesso a ele.

Anima-os a se aproximar dele “com coração sincero, com plena firmeza da fé”, como corresponde aos que pelo batismo foram “lavados com a

água purificadora” (v.22). Pede-lhe que deem testemunho da esperança com suas vidas, preocupando-se uns com os outros “para estímulo à caridade e às boas obras” (v.24). Admoesta-os com severidade a que participem das assembleias - da celebração eucarística, sobretudo -, dando a entender a manifesta, repetida e culpada ausência de alguns deles da vida da comunidade, por motivos que, embora não os cite, os insinua mais adiante: medo da perseguição, tensões dentro da própria comunidade ou simplesmente apatia e desânimo dos que se haviam cansado de esperar a vinda do Senhor porque lhes parecia que demorava demasiado. Por isso insiste em que tenhamos tanto mais ânimo quanto mais próximo vemos esse dia (v.25). Caso contrário, em vez da espera do Senhor, só lhes restará “esperar um juízo tremendo e o fogo ardente que há de devorar os rebeldes” (v.27). Esse castigo, prossegue o pregador com extrema dureza, estará em proporção com a falta que cometer quem espezinhar o Filho de Deus, profanar seu sangue e afrontar o Espírito Santo (v.29).

Depois dessa terrível advertência, o pregador recorda à comunidade o tempo de sua primeira fidelidade, aqueles dias em que “quão longas e dolorosas lutas sustentastes” (v.32). Foram dias de sofrimentos e cárceres, de solidariedade com os perseguidos, de privação de bens, mas também dias de alegria porque experimentaram a posse de “bens melhores e imperecíveis” (v.34). Essa fidelidade passada deve enchê-los de confiança para defrontar-se com os tempos difíceis pelos quais atravessa a comunidade, tempos de

A fé - a esperança (Hb 11,1-40). A fé nos mantém firmes na espera do que ainda “não se vê” (v.1), aludindo a essa segunda e definitiva vinda do Senhor. Os olhos da fé percebem à distância o que deve vir, e mais: a fé já possui, por antecipação, essa realidade do encontro definitivo com o Senhor que se apresenta como o horizonte último da história e que

dá sentido ao tempo presente.

Deus fez uma promessa e o crente confia nela, por isso espera. Essa fé tecida de esperança é a chave de interpretação da verdadeira história do povo de Israel, que o pregador nos mostrará com uma história de fé mediante os feitos de seus protagonistas, aos quais apresenta justamente como campeões e testemunhas da fé.

A releitura histórica é ampla e detalhada. Menciona quinze personagens por seus nomes e outros muitos anônimos que superaram toda espécie de provas e suportaram indizíveis sofrimentos e tribulações, que foram marginalizados, excluídos, perseguidos, encarcerados, desprezados, torturados, assassinados. O pregador termina sua releitura histórica com uma exclamação: “homens de que o mundo não era digno” (38), como querendo ressaltar a qualidade superior humana e estatura moral dessas pessoas a quem, de ordinário, a sociedade em que vivem não tem a capacidade de reconhecer nem de apreciar.

Como puderam aqueles homens e aquelas mulheres fazer o que fizeram, manter-se firmes, lutar contra a correnteza e sem trégua no mundo hostil no qual lhes cumpriu viver? “Pela fé”, afirma o pregador, repetindo a expressão depois de cada nome (22 vezes) como a melodia de fundo que deu sentido a suas vidas. A fé os converteu em “estrangeiros e peregrinos sobre a terra” (v.13), gente que busca uma pátria melhor (v.16). Pela fé no prometido, Jesus, o Messias, morreram: “viram-no e o saudaram de longe” (v.13), embora não chegassem a conhecê-lo. Pela fé ofereceram suas vidas “movidos pela esperança de uma ressurreição mais gloriosa” (v.35).

No final de sua síntese histórica pelos personagens da história de Israel, o pregador afirma que eles não cumpriram sua sorte sem nós (v.40). Por uma parte, abrange em um abraço solidário todas as testemunhas da fé

que peregrinaram pela terra buscando, crendo e esperando em Deus, mesmo que não chegassem a conhecer aquele em quem a fé tem sentido e se cumpre: Jesus de Nazaré. Por outra, abrange-nos a nós todos, os cristãos que sabemos e conhecemos, e por isso completamos o destino de todos eles ao anunciar e proclamar o nome santo do Salvador universal. Essa é a missão da Igreja: ser o sinal, o sacramento da salvação que Deus oferece na morte e ressurreição de Jesus Cristo a todos os homens e a todas as mulheres de toda raça e nação.

Jesus, a testemunha suprema da fé (Hb 4). De “uma tal nuvem de testemunhas” (v.1), que acaba de mencionar, o pregador passa agora à testemunha por excelência, o pioneiro “autor e consumidor da nossa fé” (v.1) superando todas as provas: Jesus. E assim os exorta à fé e à esperança usando uma expressão realista e densa de significado: “Considerai atentamente”, como quando uma pessoa põe sua confiança em outra pessoa, quando se espera a resposta de alguém porque um sabe que o outro compreende toda a angústia e todo o sofrimento que o olhar exprime. Desta maneira, o pregador anima seus ouvintes perseguidos e desalentados a olhar fixamente para o Crucificado para receber dele uma resposta e assim “não vos deixeis abater pelo desânimo” (v.3), pois ainda falta muito caminho para andar e muito sofrimento para padecer, e sem constância não se pode chegar ao final da corrida.

Deus, educador paternal (Hb 13). O pregador comparou as dificuldades do caminho com a disciplina do esforço desportivo para alcançar a meta, à imitação de Jesus que iniciou sua corrida e a concluiu, que sofreu e triunfou. Agora apresenta outra comparação, a da educação paterna que é ao mesmo tempo severa e afetuosa. Inspira-se no modelo sapiencial do AT: “porque o Senhor castiga aquele que ama, e pune o filho a quem muito estima” (Pr 3,12); “um filho sábio ama a disciplina”

(Pr 13,1). Deus como pai educa austeramente: “Qual é o filho a quem seu pai não corrige?” (v.7). Assim o fez no deserto, submetendo seu povo a toda espécie de provas: “Reconhece, pois, em teu coração que, assim como um homem corrige seu filho, assim te corrige o Senhor teu Deus. Guardarás os mandamentos do Senhor teu Deus, andando em seus caminhos e temendo-o” (Dt 8,5s).

O que dizer dessa pedagogia do castigo ou da imagem de um Deus Pai a quem se atribuem as provas e os sofrimentos humanos como método para educar seus filhos? Primeiro, o educador fala a partir da cultura de seu tempo, cujos métodos educacionais não são nem devem ser necessariamente os nossos. Segundo, e mais importante: Deus não envia atribuições e sofrimentos a seus filhos, nem é isso que o pregador quer dizer. Está simplesmente contemplando o sofrimento da comunidade cristã, que não é Deus quem quer, sob a perspectiva de seu amor, capaz de transformar a dor e a tribulação de seus filhos em “fruto de justiça e de paz” (v.11). Assim é que Deus enfrenta e destrói o sofrimento humano (cf. Rm 8,18). A essa vitória refere-se quando cita o profeta (Is 35,3) cantando o regresso para Jerusalém dos desterrados de Babilônia em uma espécie de peregrinação festiva e alegre, graças à intervenção salvadora de Deus: “Levantai, pois, vossas mãos fatigadas e vossos joelhos trêmulos. Dirigi os vossos passos pelo caminho certo” (vv.12s).

A graça de Deus (Hb 28). O pregador continua exortando seus ouvintes a permanecerem unidos buscando a paz e a graça de Deus. Coloca-os diante, como escarmento, o que aconteceu a Esaú, que vendeu sua primogenitura por um prato de lentilhas para não voltar a recuperá-la nunca mais.

A visão da nova aliança, que em continuação descreve, tem toda a força e a poesia das visões proféticas. Como contraste, apresenta

primeiro o povo de Israel assustado ao pé da montanha do Sinai diante da majestade da Palavra de Deus, no meio do “fogo violento, nuvem, trevas, tempestade (...), som da trombeta” (vv.18s). Um terrível espetáculo diante do qual o mesmo Moisés confessou: “Eu tremo de pavor” (v.21). Pelo contrário, o peregrinar da comunidade cristã que se iniciou com o batismo é para o monte no qual se situa a cidade de Deus (cf. Sl 47,1-3). Esta cidade santa já tem seus cidadãos residentes: os inumeráveis anjos que formam a corte de Deus e os justos já consumados (v.23), isto é, os campeões da fé do AT que já mencionou no capítulo 11 e todos os homens e mulheres de boa vontade de toda raça e nação. Mas também os que peregrinam para a montanha de Deus já têm seu nome inscrito no registro do céu, pois graças a Cristo foram feitos filhos e filhas de Deus.

A grande esperança de alcançar a meta é que ali se encontra o sacerdote mediador, cujo sangue “fala com mais eloquência que o sangue de Abel” (v.24) pedindo justiça. O sangue de Jesus pede perdão e se faz escutar pelo Juiz Universal. Esta é a grandiosa visão com a qual o pregador anima, admoesta e coloca em guarda seus ouvintes, entre os quais nos encontramos nós, que hoje lemos esta carta de Deus, para que tomemos a sério nosso compromisso cristão e perseveremos em nossa peregrinação dedicando “a Deus um reconhecimento que lhe torne agradável nosso culto” (v.28).

Exortações finais: o sacerdócio dos cristãos (Hb 13,1-25). Nestas últimas exortações de sua carta, o pregador desce ao detalhe do que deve ser a vida dos cristãos entendida como culto autêntico a Deus. Não se trata somente de conselhos morais que se ajustariam bem ao final de qualquer tipo de sermão. O pregador esteve falando ao longo de toda sua homilia do sacerdócio único e definitivo de Cristo como entrega obediente de toda sua pessoa a Deus até a morte, em solidariedade com o pecado e

sofrimento humano, especialmente o dos mais pobres e marginalizados. Agora exorta seus ouvintes nada menos que a ser sacerdotes como Jesus, isto é, a participar de seu sacerdócio de entrega incondicional a Deus e aos irmãos com nossa própria entrega pessoal. O culto verdadeiro que Deus quer é esse tipo de sacrifício: o dom da própria vida. Daí que a espiritualidade cristã que a carta propõe seja “a caridade fraterna” (v.1) um amor fraterno, duradouro, que considere os perseguidos e os “encarcerados, como se vós mesmos estivésseis presos com eles” (v.3), aos maltratados como se nos estivessem maltratando a nós mesmos, “como se habitásseis no mesmo corpo com eles” (v.3); uma hospitalidade para com os mais pobres como se estivéssemos hospedando anjos: “sem o saberem, hospedaram anjos” (v.2); uma entrega fiel e generosa de amor no matrimônio sem se apoderar do sexo, isto é, conservando “o leito conjugal imaculado” (v.4); uma conduta honesta que nos afaste da corrupção e do roubo para crescer na vida, pois “não te deixarei nem te desampararei” (v.5). Portanto, os deveres deste sacerdócio dos fiéis visam mais à vida do que ao culto. Mais adiante vai dizer com uma bela frase: “Não negligencieis a beneficência e a liberalidade. Estes são sacrifícios que agradam a Deus” (v.16).

Existe um povo permanentemente crucificado pelas circunstâncias que lhe cumpre viver, excluído por razões econômicas, políticas, sociais ou religiosas. São os destinados a morrer antes do tempo e que costumam estar em um permanente êxodo social, político, econômico e religioso. Todos eles aparecem situados “fora” da vida e dos interesses da grande cidade. É no meio desse povo que Jesus exerceu seu sacerdócio de entrega até a morte.

O pregador explica falando simbolicamente de três êxodos: o êxodo das vítimas animais que o povo judeu sacrificava fora do acampamento

“para a expiação do pecado” (v.11); o êxodo de Jesus que foi crucificado “fora das portas” da cidade “querendo purificar o povo com seu próprio sangue” (v.12); e o êxodo dos cristãos que, seguindo Jesus, precisamos ir para fora “levando a sua ignomínia” (v.13), que são os opróbrios de todos os crucificados da terra. É, pois, um sacerdócio que se exerce na periferia da marginalização, do sofrimento e da morte, que rompe todos os esquemas por sua novidade e por sua radicalidade.

O pregador vem dizer em continuação que esse sacerdócio dos cristãos deve exercer-se em obediência e submissão a nossos guias (v.17), em alusão aos líderes da comunidade. Estes já são os da segunda geração, os que herdaram a responsabilidade dos apóstolos que “vos pregaram a Palavra de Deus” (v.7) e deram exemplo com sua fé até sua morte. Estavam entrando na comunidade falsas doutrinas que punham em perigo a memória de Jesus transmitida pela tradição apostólica?

O pregador vê a obediência aos líderes da comunidade como fidelidade a Jesus que, “embora fosse filho de Deus, aprendeu a obediência através dos sofrimentos que teve” (5,8). O critério para o exercício da autoridade dos líderes e para a obediência a eles é a memória de Jesus que “é sempre o mesmo: ontem, hoje e por toda eternidade” (v.8). Assim o percebe o pregador quando se refere ao “Deus da paz, que no sangue da eterna aliança ressuscitou dos mortos o grande pastor das ovelhas, nosso Senhor Jesus” (v.20).

A despedida (vv.22-25) é uma espécie de nota final que define a carta como um discurso de exortação, “palavras de alento”, ainda que esteja cheia de reflexões doutrinárias. Sobre a prisão de Timóteo, esta é a única notícia que temos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A BÍBLIA ANOTADA - Editora Mundo Cristão, 1991

A BÍBLIA DE JERUSALÉM - Editora Paulus, 2000

BÍBLIA DO PEREGRINO - Editora Paulus, 2000

BÍBLIA DOS CAPUCHINHOS - Editora Difusora Bíblica, 1998

BÍBLIA FÁCIL - Centro Bíblico Católico, 2001

BONORA, Antonio *et al.* *Vademecum para o Estudo da Bíblia*. Edições Paulinas, 2000

DIAS DA SILVA, Cássio Murilo. *Metodologia de Exegese Bíblica*. Edições Paulinas, 2000

DRANE, John *et al.* *Atlas da Bíblia*. Editora Paulus, 2004

SESBOÛE, Bernard *et al.* *História dos Dogmas*. Editora Loyola, 2005.